

Perspectivas para o ensino universitário

Sergio Costa Ribeiro

Existem dois problemas que concentram hoje a atenção sobre a chamada crise da universidade brasileira, no entanto, são apenas a superfície da questão.

Um é o financiamento. É óbvio que a Universidade precisa de mais dinheiro, é óbvio que ela tem de ser subsidiada (como em todos os países do mundo) e que por mais ricos que sejam os alunos estes não têm condições de cobrir os custos de uma educação superior.

O outro é uma forma de organização interna que garanta, na escolha de dirigentes, a liderança acadêmica com prestígio e legitimidade nos diversos setores da comunidade universitária e um compromisso ético com valores educacionais e acadêmicos.

A atual crise da Universidade brasileira, no entanto, é muito mais profunda. Nada garante que resolvidos estes problemas e com mais dinheiro e legitimidade interna ela conseguirá resolver suas crises fundamentais, nem aumentar sua legitimidade em relação à sociedade que deve sustentá-la.

O primeiro grande problema real que enfrentamos é de sua estrutura organizacional. Em todo o mundo existem vários tipos de universidades, várias formas de ensino superior e em cada tipo existem instituições boas e más.

As leis brasileiras que organizaram no passado e organizam hoje a educação superior são extremamente monolíticas e tentam estabelecer uma forma única de instituição. Felizmente para nós (ou infelizmente para os legisladores) as leis não são cumpridas à risca. Hoje temos uma variedade de formas de instituições de ensino superior, porém com um grande problema (ou sentimento de culpa) de não serem uma Universidade no sentido da lei nº 5.540/68. Mesmo entre as que ostentam este título muitas o obtiveram por simples processos cartoriais ou nobiliários, onde o conceito de Universidade não pode ser aplicado.

Por outro lado, entre suas inúmeras funções de formação cultural e intelectual do indivíduo, produção de conhecimento e de cultura, disseminação desse conhecimento, profissionalização e extensão dentro da sociedade complexa em que hoje vivemos não caberia um amplo espectro de tipos e formas de instituições? (a própria generalização do uso do termo Universidade para designar qualquer Instituição de Ensino Superior (IES) é um indicador claro de uma hierarquia de prestígio que não deveria ser tão marcante).

Por que tempos esta problemática no Brasil?

A resposta é complexa, passa por raízes históricas, processos de colonização, de desenvolvimento cultural, de dependência científica e tecnológica e de modelos de desenvolvimento.

Não teríamos o tempo, nem a pretensão de analisar aqui todos os aspectos e funções do ensino superior. Nos deteremos em aspectos mais ligados ao desenvolvimento tecnológico e à formação profissional.

Quem procura a Universidade

As análises do vestibular mostram que existe uma forte estratificação social na escolha das carreiras de ensino superior no Brasil. Esta estratificação coloca a Engenharia no topo desta escala de prestígio e a Educação na base.

Na verdade, podemos dividir esta escala de prestígio em três grandes grupos. O primeiro corresponde às carreiras que no passado correspondiam às profissões liberais, o segundo constitui o grupo das ciências básicas e professores de 2º grau e o terceiro às carreiras que levam ao magistério de 1º grau e carreiras que no passado exigiam apenas este nível como condição para o exercício profissional.

Apesar da violenta expansão do sistema no início da década de 1970 não houve a esperada e “propalada” democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Verifica-se, por exemplo, que o percentual de postulantes oriundos de pais com ocupações manuais não se alterou durante todo o processo de expansão e a distorção em relação à distribuição dessas ocupações em nossa sociedade é enorme.

Há, porém, uma segunda estratificação que discrimina ainda os alunos que se dirigem (ou conseguem as vagas) para as IES públicas ou particulares. No caso da Engenharia, por exemplo, nas públicas vamos encontrar os alunos filhos da classe média alta de pais geralmente com curso superior e os de melhor desempenho acadêmico entre os candidatos ao ensino superior; já nas particulares vamos encontrar, em geral, os filhos de classe média média cujos pais exercem as ocupações mais baixas não manuais (gerentes, pequenos proprietários de estabelecimentos comerciais etc.).

No caso da Educação, vamos encontrar os alunos de mais baixo desempenho acadêmico e em sua parcela majoritária filhos de pais analfabetos e de baixa renda. Mesmo assim a segunda estratificação ainda é notada nesta carreira.

Esta realidade já mostra que as diversas carreiras de ensino superior não podem ser tratadas de forma única e homogênea, seus alunos, suas aspirações, as funções do ensino superior são matizadas neste contexto socioeducacional.

Por outro lado, dentro de cada carreira vamos encontrar necessidades sociais diferenciadas, especializações diversas e associações interdisciplinares as mais variadas.

Na Engenharia, por exemplo, deste o técnico de nível superior, prático, com habilidades manuais, até o engenheiro pesquisador nas fronteiras do desenvolvimento tecnológico, existe uma infinidade de possíveis formações. Assim, também, nas Letras, desde o professor de 1º grau em alfabetização até o pesquisador em sociolinguística, existe uma infinidade de possíveis formações.

É verdade que no espírito da lei nº 5.540/68 a flexibilidade curricular está implícita no regime de créditos acadêmicos. No entanto, a pressão corporativa das associações profissionais e o controle do Conselho Federal de Educação (CFE) sobre os currículos mínimos e plenos, reintroduziram uma forte rigidez curricular.

Da ideia de regime de créditos só aproveitamos hoje a flexibilidade na velocidade com que os alunos podem realizar o seu curso.

Isto sem lembrar que esta grande flexibilidade curricular só seria possível na Universidade e não em estabelecimentos isolados.

Aqui é bom falar também em custos. Um sistema extremamente flexível do ponto de vista curricular também é extremamente caro do ponto de vista do curso por aluno, já que ao permitir um grande leque de opções aumenta o número de professores, salas, laboratórios necessários ao seu funcionamento.

Os cursos de graduação

O ciclo básico

O ciclo básico surgiu de uma tentativa de otimização do processo de ensino quando diversas escolas isoladas começaram a aglomerar-se em Federações e em Universidades. A utopia de um ciclo básico geral para toda uma Universidade, como preconizado na lei nº 5.540/68, esbarra na realidade da estratificação social, assim descrita, o que provocou nas instituições em que foi implantado sérios problemas internos (UnB, por exemplo). Hoje, apesar de não uniformemente estabelecido, o ciclo básico subsiste em algumas universidades para áreas afins como, por exemplo, ciências exatas e engenharia.

Do ponto de vista do ensino estes ciclos tiveram trajetórias diferenciadas. Nas carreiras técnicas de alto prestígio proporcionaram a possibilidade de uma melhoria e aprofundamento dos alunos nas disciplinas básicas. Nas carreiras das chamadas

Humanidades sua sobrevivência foi pequena e hoje, praticamente, desapareceram, pelo menos com o caráter generalizante com que foram criadas.

Do ponto de vista de poder interno nas Universidades, tanto acadêmico como político, estes ciclos básicos provocaram uma pequena revolução. Em primeiro lugar o poder político das Universidades, que, por suas raízes históricas, era quase monopólio de professores do ciclo profissional de alto prestígio social (Medicina, Engenharia, Direito) passa a ser contestado e repartido com os professores das áreas básicas, agora responsáveis pelo contingente majoritário de alunos no ciclo básico. É neste contexto que vamos assistir o grande desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação nessas áreas básicas nos anos de 1970 e o surgimento de lideranças oriundas dessas áreas.

O ciclo profissional

Nos últimos vinte anos vamos encontrar um grande desenvolvimento tanto quantitativo como qualitativo no ensino de graduação no Brasil. Na fase de expansão de vagas (1970-1974) estas praticamente foram multiplicadas por dez. Hoje observa-se uma estabilização e até um pequeno declínio principalmente no sistema privado, fruto, em grande parte, do momento recessivo em que vive nossa economia. Esta perda de demanda, que vem ocorrendo desde 1980 deve ser também creditada ao abandono da Teoria do Capital Humano no âmbito da macroeconomia em todo o mundo.

É verdade que este declínio não se dá de forma homogênea. É aparentemente surpreendente verificarmos que é nas carreiras de alto prestígio onde ele é mais acentuado. Nas carreiras de baixo prestígio social tem havido até um aumento significativo da demanda. Entre as diversas explicações para este fato vamos encontrar a necessidade de aumento da qualificação com vistas à garantia de permanência no emprego, como um dos mais importantes.

A evolução qualitativa tem produzido uma acelerada especialização dos cursos, por outro lado a evolução da tecnologia moderna e desenvolvimento das ciências humanas tem exigido a formação de profissionais mais ecléticos ou multidisciplinares além de áreas novas interdisciplinares. Esta tendência à especialização associada à rigidez curricular tem provocado dificuldades sérias no desenvolvimento das áreas multi e interdisciplinares em nosso País. Na área da engenharia, a engenharia de produção, engenharia de sistemas e bioengenharia são bons exemplos.

Seria impossível analisar de uma forma conjunta e abrangente todo o ensino superior de graduação no País.

O que parece claro, hoje, é que a tentativa de utilizar o modelo norte-americano de Universidade (lei nº 5.540/68) para todo o sistema de ensino superior é sociologicamente inviável e porque não dizer ingênuo.

Tanto do ponto de vista de variedade de tipos de formação como das diferentes carreiras é necessário que se desenvolvam políticas mais flexíveis e mais compatíveis com a realidade social do nosso país.

O ponto crucial que não se solúvel intramuros é o prestígio extremamente diferenciados dos diversos tipos de formação, principalmente nas carreiras técnicas.

Desde nossa colonização até o modelo econômico atual de importação de tecnologias prontas, a hierarquização de prestígio ocupacional desfavorece a formação mais técnica e prática provocando um vazio nos setores intermediários da nossa estrutura de recursos humanos. Hoje, em muitas empresas de porte, o treinamento interno desse setor é hipertrofiado pela ausência de formação no sistema formal de ensino nestes níveis, e o que é pior, graduados de formação generalista são retreinados nos níveis técnicos o que caracteriza em nosso contexto social uma falsa ideia de subemprego.

Na realidade cabe ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) incentivar o desenvolvimento deste nível intermediário nas IES, inclusive, redirecionando, como uma opção, a ociosidade crescente dessas instituições provocada pela queda de demanda para os cursos mais generalizantes. É claro que um esforço nessa direção só terá sentido se uma política ampla e agressiva de fomento ao desenvolvimento de tecnologia nacional for implementada seriamente no País.

A pós-graduação

Na pós-graduação existem hoje cerca de 1.147 cursos de mestrado e 325 de doutorado. As principais dificuldades do setor são:

- a) baixo valor das bolsas de estudo;
- b) poucos recursos para pesquisa e infraestrutura (laboratórios, bibliotecas etc.);
- c) dificuldades de interação, no ensino, entre a pós-graduação e a graduação, acarretando o atraso na melhoria e atualização dos cursos de graduação (este assunto merece especial atenção, e discussões devem ser encorajadas e induzidas pelo MEC);
- d) dificuldade de interação com o setor produtivo (este assunto deve ser discutido amplamente e o MEC deve estimular a discussão).

Estudos no exterior

A política atual do País tem sido de utilizar ao máximo o potencial dos cursos de pós-graduação do País. No entanto, é vital a manutenção do programa de bolsas no exterior e o intercâmbio internacional, caso contrário correremos o risco de não conseguir sequer acompanhar o desenvolvimento tecnológico mundial)ver (“Cortina de Miçangas”, artigo do *Jornal do Brasil*, de Cláudio de Moura Castro).

A participação de pesquisadores em congressos internacionais e o patrocínio aqui desse tipo de reunião, é um ingrediente essencial ao desenvolvimento da nossa tecnologia e deveria receber um forte incentivo do governo federal (MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia).

